



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO/EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E SAÚDE: PARA PENSAR A POLÍTICA DE ESTADO E O ESTADO DAS POLÍTICAS



PUBLIC POLICIES ON EDUCATION/PHYSICAL EDUCATION, SPORT, LEISURE AND HEALTH: TO THINK ABOUT STATE POLICY AND STATE POLICIES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN/EDUCACIÓN FÍSICA, DEPORTE, OCIO Y SALUD: PARA PENSAR EN LA POLÍTICA ESTATAL Y EL ESTADO DE LAS POLÍTICAS



Cristiano Neves da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS – Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-4888-520X> 
<http://lattes.cnpq.br/3683963283231609> 
cristneves_rs@yahoo.com.br



Eliane Elicker

Universidade Federal do Acre (Rio Branco, AC – Brasil)
elielicker@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5803-3874> 
<http://lattes.cnpq.br/0632322441320060> 

Fernando Henrique Silva Carneiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Inhumas, GO – Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-2800-1895> 
<http://lattes.cnpq.br/5663804273821960> 
fernandohenriques@gmail.com

Frederico Jorge Saad Guirra

Universidade Federal de Mato Grosso (Barra do Garças, MT – Brasil)
fredguirra@uol.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-8685-1417> 
<http://lattes.cnpq.br/1529623142626012> 

Resumo

Este texto tem o objetivo de contextualizar a sessão temática “Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde”. A sessão temática é uma parceria entre o Grupo de Trabalho da Temática de políticas públicas do Colégio Brasileiro de Ciência de Esporte e a Revista Corpoconsciência. Foram aprovados para publicação 8 diferentes produções de diversas regiões do país. As reflexões têm como ponto de partida a busca para que as políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde sejam fortalecidas e materializadas como direitos sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Física; Esporte; Lazer; Saúde.

Abstract

This text aims to contextualize the thematic session “Public policies on education/physical education, sport, leisure and health.” The thematic session is a partnership between the Public Policy Thematic Working Group of the Colégio Brasileiro de Ciência de Esporte and Revista Corpoconsciência. Eight different productions from different regions of



the country were approved for publication. The reflections have as their starting point the search for the public policies of education/physical education, sport, leisure and health to be strengthened and materialized as rights social.

Keywords: Public Policy; Physical Education; Sport; Leisure; Health.

Resumen

Este texto tiene como objetivo contextualizar la sesión temática “Políticas públicas en educación/educación física, deporte, ocio y salud”. La sesión temática es una alianza entre el Grupo de Trabajo Temático de Políticas Públicas del Colégio Brasileiro de Ciência de Esporte and Revista Corpoconsciência. Se aprobaron para su publicación ocho producciones diferentes de distintas regiones del país, las reflexiones tienen como punto de partida la búsqueda de que las políticas públicas de educación/educación física, deporte, ocio y salud se fortalezcan y materialicen como derechos sociales.

Palabras clave: Políticas Públicas; Educación Física; Deporte; Ocio; Salud.

INTRODUÇÃO

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), entidade científica que congrega pesquisadoras/es ligadas/os à área de Educação Física/Ciências do Esporte, foi criado em 1978. Damasceno (2011), em sua dissertação de mestrado intitulada “30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências Do Esporte: Educação Física e a construção de uma hegemonia”, nos diz que o CBCE e a Educação Física avançaram muito a partir de sua fundação, principalmente, à medida que esta passa por um movimento de renovação nos anos oitenta, impactada pelas transformações societárias ocorridas em meio ao processo de redemocratização do Brasil. Sua organização se dá a partir de Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs), liderados por uma Direção Nacional. O GTT de Políticas Públicas do CBCE foi criado em 1997, por ocasião da realização do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) realizado na cidade de Goiânia-GO. Atualmente o GTT de Políticas Públicas do CBCE conta com a seguinte ementa:

Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer. (CBCE, 2021, s. p.).

Ao longo de sua trajetória, o GTT de Políticas Públicas do CBCE tem vivido um processo de consolidação e diversificação das pesquisas, já tendo, essa produção, sido objeto de estudos variados que buscaram analisar a produção do conhecimento do referido GTT (HÚNGARO et al., 2009; AMARAL; PEREIRA, 2009; STAREPRAVO, 2011). De acordo com Starepravo (2011, p. 168), “O principal fórum de discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer, o GTT de Políticas Públicas do CBCE mostrou o avanço quantitativo na área,



materializado no aumento de produção científica circulante no grupo, especialmente quando da realização dos CONBRACES.”

Em tempos pandêmicos, em que as ações dos GTTs do CBCE ficaram limitadas a encontros virtuais, incluindo a realização do XXII CONBRACE e IX CONICE em Belo Horizonte-MG, no ano de 2021, período marcado pelo uso das tecnologias virtuais, a atual composição do GTT de Políticas Públicas do CBCE propôs a realização de uma sessão temática com trabalhos sobre “Políticas Públicas de Educação/Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde”. Esta foi direcionada às pesquisadoras e pesquisadores que tematizam Políticas Públicas de Educação/Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde no âmbito dos processos de agendamento, formulação, implementação e/ou avaliação tematizando diversos aspectos: legislação, configuração, abrangência, financiamento, gestão, controle social e democrático, federalismo, relação entre Estado e sociedade civil, megaeventos esportivos, formação e desenvolvimento profissional etc. A busca foi por produções individuais e coletivas que demonstrassem aquilo que foi e vem sendo desenvolvido na temática proposta.

Considerando que políticas públicas resultam de processos decisórios e que as relações políticas e sociais acabam influenciando como elas são estabelecidas, compreendê-las e analisá-las torna-se uma empreitada, complexa, desafiadora, e especialmente, um imperativo. Imperativo na medida em que não se pode perder de vista, por exemplo, o lugar ocupado pelo esporte e o lazer na Constituição Federal de 1988 (CF 88), onde o esporte ganhou status de direito, estando presente no artigo 217, e o lazer aparece no rol dos direitos sociais, sendo o esporte um dos principais componentes do lazer na dimensão do esporte de participação/lazer. O esporte e o lazer também são mencionados como direito social em outros documentos: no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069, de 1990; no Estatuto do Idoso, instituído pela Lei 10.741, de 2003; e no Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.288, de 2010.

Ao considerar os elementos elencados acima, bem como as inconstâncias contemporâneas da nossa jovem e permanente trajetória democrática sob judge, aliado a acentuação das práticas do governo da vez que vem promovendo cortes de gastos públicos, assim como, a descontinuidade de um conjunto de projetos e programas, a presente sessão temática ganha correspondentes para que possamos pensar o atual estado das políticas públicas.



Assim, a sessão temática visa contribuir com o compromisso de estimular a produção, difusão do conhecimento, debates e reflexões no âmbito das políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde, que para além dessa aspiração e responsabilidade, é reflexo de nossa inquietação do atual processo de extinções de pastas ministeriais com orçamento próprio – leia-se aqui os extintos Ministérios do Esporte e Ministério da Cultura –, cortes e contingenciamentos de orçamentos e a não continuidade de projetos e programas até então consolidados ao longo dos 16 anos de governos progressistas no país.

Entendemos que a interlocução teórica com as pesquisadoras e pesquisadores ocorrem em processo. Deste pensamento, foi realizado contato com os editores da Revista Corpoconsciência para que acolhessem a publicação da referida sessão temática no ano de 2021. A escolha por esta revista se deu por sua destacada e reconhecida relevância no campo da Educação Física/Ciências do Esporte e seu posicionamento crítico ante as realidades que vivenciamos e experienciamos na vida coletiva. Cabe ainda destacar que essa sessão temática acolhida pela Revista Corpoconsciência é a continuidade dos diálogos propostos pelo GTT Políticas Públicas do CBCE na sessão temática “Grupos de Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer” publicado na Revista Motrivivência que objetivou ampliar a visibilidade aos diferentes grupos de pesquisa existentes no país – e até no continente – acerca dos estudos em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Saúde e Lazer.

Nesse contexto, é relevante que as pesquisas acadêmicas tenham os seus resultados publicados propiciando que suas leituras e análises críticas favoreçam práticas que não só estimulem pensamentos contra hegemônicos, mas que aliado a isso possibilitem aos gestores públicos ideias e propostas de formulação de políticas que efetivamente venham a dar garantias dos direitos na sua implementação e execução.

São 8 artigos que tratam de forma consistente o fenômeno social da educação física, do esporte, lazer e saúde, pois, basta olharmos para as praças, parques, as ruas das chamadas comunidades e bairros, clubes, escolas, centros de saúde, associações, que compreenderemos o quanto cabe afirmar que é uma necessidade humana, ainda que paradoxalmente, o esporte e o lazer em especial, não goze de prestígio social quando tratadas como política pública, o que ora corrói tais políticas, ora se apresentam como apêndice de outras políticas sociais.



À luz do conjunto destas inquietações e da compreensão de que sempre temos algo a fazer, o primeiro texto, “O desenvolvimento histórico dos projetos sociais esportivos: reflexões sobre as transformações políticas, sociais e educacionais brasileira”, de autoria de Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira, Daniel Minuzzi de Souza e Wanderley Marchi Júnior, faz um resgate histórico sobre o desenvolvimento dos projetos sociais esportivos no Brasil abordando os movimentos estruturais internos que influenciaram sua consolidação entre os anos 1970 e 1990. Para tanto, as autoras/es abordam o desenvolvimento dos projetos esportivos no Brasil, especialmente na década de 1970, período em que as ações direcionadas ao esporte estavam voltadas para a manutenção da ordem e a disciplina da nação. Aborda-se ainda as mudanças nos significados atribuídos ao esporte a partir da crise do capital até a constitucionalização do direito quando as práticas formais e não formais de promoção social passaram a integrar as propostas governamentais. Além disso, são trazidos os principais movimentos estruturais que envolveram os projetos esportivos, entre eles, o Decreto-Lei 6.251/1975 que reconheceu um Sistema Esportivo Nacional, compreendendo o esporte de caráter estudantil, militar, comunitário e classista, concomitantemente a Política Nacional esportiva, o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED), o movimento “Mexa-se”, que foi a primeira etapa do movimento “Esporte Para Todos” (EPT), a instituição da Comissão de Reformulação do Desporto em 1985 através do decreto nº 91.452 que buscava maior reconhecimento para a área na estrutura institucional do Estado.

O segundo trabalho, “Década perdida do esporte: 10 anos para levar o Brasil ao 'não mais!'”, de autoria de Pedro Fernando Avalone Athayde, Silvana Martins de Araújo e Ednaldo da Silva Pereira Filho, nos apresenta a ideia de que a partir de 2010, mesmo ano em que foi realizada a III Conferência Nacional de Esporte e Lazer, que trouxe como slogan “Por um time chamado Brasil” e como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, entramos no período denominado “década perdida” para o esporte nacional, quadro este, que muito se agravou no governo Bolsonaro, um período de regressão nas políticas públicas de esporte e lazer, marcada pela desresponsabilização estatal na esfera federal para garantia do direito ao esporte.

O terceiro trabalho, “Lazer e participação social: e experiência do Conselho Gestor do PELC em São Bernardo do Campo”, de autoria de Evandro Brandão Secco e Edmur Antonio Stoppa, apresenta reflexões acerca do lugar e papel de um Conselho Gestor para o bom desenvolvimento da política pública, tendo como estudo de caso um núcleo do Programa



Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. O Conselho Gestor é um dos elementos que assegura a participação social no PELC e que está previsto nas diretrizes e os objetivos do Programa. Trata-se de uma instância que reúne membros dos diferentes segmentos da sociedade, discutindo e decidindo sobre as questões locais, relacionadas ou não ao Programa, que se apresenta relevante para o desenvolvimento da política pública e a efetivação do direito constitucional ao lazer. A pesquisa desenvolvida por meio de observação participante e entrevistas com os gestores, agentes sociais e beneficiários do Programa indica que os atores envolvidos consideram o Conselho Gestor como substancial instância de participação, o qual no caso em estudo, identificou-se avanços na gestão participativa a partir do envolvimento e protagonismo da comunidade nas decisões e execução do Programa.

A quarta produção, intitulada “O perfil das gestoras da Federação do Espírito Santo de Ginástica e as perspectivas acerca da sua gestão”, de autoria de Isabela Christ Maximo, Letícia Bartholomeu de Queiroz Lima, Myrian Nunomura e Maurício Santos Oliveira, analisa a gestão da ginástica espírito-santense e o perfil das gestoras administradoras da entidade. O estudo direciona o olhar para as supostas lacunas na formação dos gestores do esporte no Brasil e a emergência de programas de formação em gestão esportiva. As autoras/es problematizam se a gestão da Ginástica do Brasil é condizente com os resultados proeminentes das/os ginastas brasileiras/os e a necessidade de que a administração esportiva seja profissional, tanto na esfera pública quanto privada, e que contemple os níveis governamentais (federal, estadual e municipal), as estruturas de poder (ligas, federações e confederações) e as instituições onde se manifestam suas práticas (clubes, escolas, empresas, projetos e programas sociais). As/os autoras/es observam ainda que no cenário nacional da gestão de instituições esportivas, o processo em direção à profissionalização é paulatino e está aquém quando comparada às potências esportivas internacionais. Assim, o planejamento, a organização, a execução e controle de programas de gestão esportiva em nível de clubes, federações e órgãos estatais são atividades complexas. E, aquelas/es que as desempenham necessitam de conhecimento especializado para propiciar o seguimento destes princípios de maneira a atender as demandas coerentemente.

O quinto texto, “Políticas públicas e gestão de novos esportes no Brasil – o caso do FUTSAC”, escrito por Narayana Astra van Amstel, Igor Alexandre Silva Bueno e Wanderley Marchi Júnior, apresenta os elementos que nortearam a criação e o desenvolvimento do



FUTSAC no Brasil - modalidade esportiva que emergiu no Estado do Paraná em 1988. A prática se desenvolveu rapidamente, sendo reconhecida como modalidade esportiva pelo então Ministério do Esporte em 2014. O objetivo reside na contribuição aos gestores esportivos, apresentando subsídios científicos que possam ser acolhidos nas suas ações. São destacados os elementos favoráveis e os obstáculos encontrados na criação de uma nova modalidade esportiva no país. Além disso, traz reflexões acerca das relações entre o mercado e esporte, a relação das entidades públicas e os representantes políticos com essa nova modalidade. Em síntese, o trabalho apresenta um panorama histórico da formulação da ideia do FUTSAC, ainda em formato de jogo, em 1998 e que se estende até 2018; analisa a relevância das parecerias para a divulgação e como elas foram fundamentais para a estruturação da nova modalidade; apresenta reflexão teórica a respeito de como se estrutura o cenário esportivo brasileiro e as ações feitas para a oficialização do FUTSAC enquanto modalidade esportiva, e por fim, destaca-se ainda os elementos de gestão, políticos e sociais envolvidos na sua criação.

O sexto trabalho, "Lei de Incentivo ao Esporte: quais seus objetivos pela visão oficial dos formuladores (agentes políticos)", escrito por Rafael Silva Diniz, Marcus Peixoto de Oliveira e Luciano Pereira da Silva, nos convida a pensar quais seriam os reais objetivos desta lei, e se realmente ela cumpre com o seu papel primeiro, qual seja, o de ser promotora do financiamento de políticas públicas, em parceria com o Estado brasileiro. Cabe destacar, que a Lei de Incentivo ao Esporte, de número 11.438/2006, se traduziu em uma importante alternativa no financiamento das políticas de esporte e lazer, destinando uma parcela do que empresas e pessoas físicas pagariam ao Imposto de Renda (RI), em projetos esportivos, após aprovação pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. Nesse contexto, os autores nos chamam a atenção de que apesar da importância deste instrumento legal dentro da cadeia produtiva do esporte nacional, ela se traduz como uma política transitória, prevista para expirar em 2022, caso não receba nova renovação de prazo.

Já o sétimo trabalho, "As políticas públicas e as pautas LGBT+ no Brasil: o lugar do lazer", de autoria de Luiza Cupertino Xavier da Silva, Cathia Alves e Hélder Ferreira Isayama, nos apresenta as pautas LGBT+ relacionados as políticas públicas de lazer no cenário brasileiro. Por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica, o trabalho coloca luz ao silenciamento em torno das pautas LGBT+ na produção documental das políticas públicas de lazer no cenário nacional, a ausência de produções de conhecimento específicas acerca dessa população, das suas necessidades no tocante às suas experiências e vivências de lazer e a



reprodução de políticas isoladas resumidas a eventos de representação de lazer LGBT+, em que pese ainda tais políticas públicas se apresentar associadas ao controle da vida por meio da normatização de questões de saúde isoladas das violências de toda ordem que os afetam. O estudo sugere que durante a administração petista, ainda que se tenham lançado mão de práticas e tomadas de decisões políticas essenciais no que diz respeito a legislação de direitos sociais da população LGBT+, entretanto o direito ao lazer acabou por não avançar. Tal constatação, soma-se ao momento atual em que vivemos processos de desconstrução e descontinuidade das políticas promovidas pelo governo que extingue conselhos, retira direitos e ataca a população LGBT+ em discursos públicos. Podemos sugerir que o presente texto nos convida a reflexão de que não há possibilidades de pensar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e igualdade social, logo pensar as políticas de educação, esporte, lazer e saúde enquanto direito sem atentar para conjunto de discriminações e preconceitos endereçados a determinadas populações e grupos que estruturam as relações sociais. Assim, a pauta LGBT+ está entre os fenômenos constituintes para que possamos pensar e projetar um efetivo direito social à educação, esporte, lazer e saúde.

Finalmente, o oitavo texto, "Diagnóstico das leis estaduais de Incentivo ao Esporte no Brasil", de autoria de Sabrina de Lima Vitória, Leandro Eduardo Cerbi, Bruna Lindman Bueno e Clara Sanchez da Trindade Santos, nos oferece um diagnóstico das Leis de Incentivo ao Esporte (LIEs) em âmbito Estadual, indicando as características destas ações realizadas pelas unidades federativas. A autoria no caso em específico direcionando o olhar para os Estados da federação, nos convida a pensar em que medida e se a lei vem cumprindo com o seu papel de ser promotora do financiamento de políticas públicas. Por intermédio da produção e apresentação de uma riqueza de dados produzidos que foram extraídos de fontes documentais obtidas através dos sites oficiais de cada Secretaria ou órgão semelhante responsável pelas políticas públicas de Esporte nos Estados, as/os pesquisadoras/es nos sinalizam ações relacionadas ao incentivo do esporte via isenção fiscal em 15 Estados, todas envolvendo o tributo ICMS, variedades com relação às porcentagens de valor destinadas, bem como uma diversificação das manifestações esportivas em cada Estado. Uma significativa contribuição para avaliações de como está sendo essa Política Pública em âmbito estadual, com seus desdobramentos e possíveis benefícios para o desenvolvimento esportivo nos Estados e no país.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde são elementos constitutivos das mudanças sociais. Deste modo tanto o Estado quanto as populações e grupos que compõem a sociedade civil são partes constitutivas da correlação de forças ou das relações de poder situados em um contexto histórico e social, afetados e perpassados por distintos projetos societários.

Considerando que o esporte e o lazer, em nível de reconhecimento jurídico e direito universal, são direcionados, de modo indistinto, a todas/os, todavia, em nível de importância social, ainda são compreendidos como uma demanda de menor relevância, mesmo percebendo o quanto as pessoas e grupos os valorizam, seja investindo tempo e recursos – para quem dispõe – para ter acesso a momentos de lazer, seja o lazer esportivo ou o não esportivo praticado e vivenciado nas ruas, praças, parques públicos, clubes, associações e centros de saúde com o seu conjunto de objetivos e interesses (educação, lazer, performance, saúde), a sessão temática visa dar a sua parcela de contribuição nos debates e reflexões acerca da política de Estado e o estado das “Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde”.

Desta perspectiva, fica aqui o convite à leitura, onde em cada artigo vai sendo gestada a disposição de que as políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde contribuam junto a outras políticas fundamentais no atendimento as necessidades humanas e os direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Silvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista brasileira de ciências do esporte**. v. 31, n. 1, p. 41-56, 2009.

CBCE. **GTT 12 – Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://cbce.org.br/gtt/gtt12-politicaspUBLICAS>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

DAMASCENO, Luciano Galvão. **30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia**. 2011. 330f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

HÚNGARO, Edson Marcelo e colaboradores. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: HÚNGARO, Edson



Marcelo; SOUZA, Wilson Luiz Lino de (Orgs.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2009.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas públicas de esporte e lazer: aproximações, intersecções, rupturas, e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

Dados do primeiro autor:

E-mail: cristneves_rs@yahoo.com.br

Endereço: Rua Piauí, 261, Niterói, Canoas, RS, CEP: 92130-240, Brasil.

Recebido em: 24/11/2021

Aprovado em: 06/12/2021

Como citar este artigo:

ROSA, Cristiano Neves da e colaboradores. Políticas públicas de educação/educação física, esporte, lazer e saúde. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 84-93, set./ dez., 2021.